



8º Simulado Especial

Área Fiscal

Auditor Fiscal

Pré-Edital

Simulado

8º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas em concursos para **Área Fiscal**, cargos de **Auditor Fiscal**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - O candidato deverá optar entre **Legislação Tributária Federal, Estadual ou Municipal**, para submeter-se à avaliação na prova objetiva;
- 4 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 5 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/V4SmVf545AgsDHnm8>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: <https://coruja.page.link/KGo6>

Estadual: <https://coruja.page.link/tWe1>

Municipal: <https://coruja.page.link/uKXE>

CONHECIMENTOS COMUNS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

A memória não é um registro passivo do passado, mas uma reinvenção incessante, um campo de batalha onde o esquecimento e a lembrança travam uma guerra sem armistício. Se o fosse, um mero depósito de fatos, a subjetividade seria apenas o bibliotecário poeirento de um acervo imutável. No entanto, o que somos é menos o resultado do que vivemos e mais a narrativa que tecemos sobre isso, uma tapeçaria cujos fios, por vezes, são trocados para que o desenho final nos seja mais palatável. Nisso reside a fragilidade e a força do humano: na capacidade de reescrever a própria história, mesmo que ao custo da verdade factual.

1. No trecho "Se o fosse, um mero depósito de fatos..." do Texto 01, o termo "o" recupera, por elipse, a seguinte estrutura:

- a) um campo de batalha.
- b) um registro passivo do passado.
- c) o bibliotecário poeirento.
- d) uma reinvenção incessante.
- e) um acervo imutável.

2. A principal estratégia argumentativa utilizada pelo autor para defender sua tese sobre a memória é a:

- a) citação de autoridade.
- b) enumeração de dados estatísticos.
- c) contraposição de ideias.
- d) exemplificação concreta.
- e) analogia histórica.

3. No trecho "...para que o desenho final nos seja mais palatável", a forma verbal expressa um valor semântico de:

- a) certeza factual

- b) desejo hipotético e impossível.
- c) finalidade com valor hipotético.
- d) ordem direta.
- e) condição necessária.

Texto 02

Em tempos de certezas líquidas e verdades descartáveis, o apego ao paradoxo tornou-se o último refúgio da inteligência. Afirmar, por exemplo, que a busca obsessiva pela felicidade é o caminho mais curto para a melancolia não é um mero jogo de palavras, mas o reconhecimento de uma estrutura complexa da realidade. Aquele que foge da complexidade em nome da clareza imediata acaba, invariavelmente, abraçado a um simplismo que, este sim, é a verdadeira obscuridade.

4. Considerando a estrutura e o propósito comunicativo, o texto classifica-se predominantemente como:

- a) narrativo, pois relata uma sequência de eventos sobre a busca da felicidade
- b) descritivo, pois detalha as características das "certezas líquidas".
- c) injuntivo, pois instrui o leitor a buscar o paradoxo.
- d) argumentativo, pois defende uma tese sobre o valor do paradoxo.
- e) expositivo, pois apresenta o conceito de paradoxo de forma neutra.

5. No trecho "...abraçado a um simplismo que, este sim, é a verdadeira obscuridade", o emprego da expressão destacada tem como principal função:

- a) introduzir uma retificação de uma informação anterior
- b) enfatizar a identificação correta do antagonista conceitual.
- c) estabelecer uma comparação de igualdade com a clareza.
- d) indicar uma alternância entre duas ideias opostas.
- e) resumir os argumentos apresentados anteriormente no parágrafo.

6. "O homem é o lobo do homem, já sentenciara o filósofo. Em nosso tempo, porém, dir-se-ia que o homem é, para o outro, um labirinto indecifrável, cujas saídas, se existem, levam a novos e mais intrincados labirintos."

O autor constrói seu argumento a partir de uma intertextualidade com a obra de:

- a) Nicolau Maquiavel, ao discutir a natureza do poder.
- b) Jean-Jacques Rousseau, ao postular sobre o bom selvagem.
- c) Thomas Hobbes, ao tratar do estado de natureza.
- d) John Locke, ao defender os direitos naturais.
- e) Platão, ao utilizar a alegoria da caverna.

7. "A tecnologia, ao passo que nos conecta globalmente, aprofunda o abismo da solidão individual, a menos que sua utilidade seja questionada."

Assinale a alternativa que reescreve o período acima, mantendo a correção gramatical e a coerência lógica originais.

- a) A tecnologia aprofunda o abismo da solidão individual, conquanto nos conecte globalmente, se sua utilidade for questionada.
- b) Conquanto nos conecte globalmente, a tecnologia aprofunda o abismo da solidão individual, a não ser que se questione sua utilidade.
- c) A tecnologia aprofunda o abismo da solidão individual, porque nos conecta globalmente, exceto se sua utilidade for questionada.
- d) Porque nos conecta globalmente, a tecnologia aprofunda o abismo da solidão individual, desde que sua utilidade seja questionada.
- e) A tecnologia, porquanto nos conecte globalmente, aprofunda o abismo da solidão individual, contanto que sua utilidade seja questionada.

8. "A crítica literária, quando bem exercida, não oferece ao leitor respostas definitivas, mas ferramentas com as quais ele mesmo possa forjar

as suas. Tal ofício, portanto, assemelha-se mais ao de um ferreiro que ao de um oráculo."

No trecho acima, o pronome destacado estabelece uma coesão com a ideia de:

- a) oferecer respostas definitivas
- b) crítica literária bem exercida.
- c) forjar as próprias respostas.
- d) o ofício de um oráculo.
- e) o leitor que usa ferramentas.

9. "Muitos gestores modernos, obcecados por métricas de eficiência, confundem o movimento com o progresso. Suas equipes, imersas em um frenesi de tarefas, exibem todos os sinais de atividade, mas poucos de realização. O mapa que seguem é detalhado, mas a bússola está quebrada."

No contexto, o termo "realização" opõe-se semanticamente a:

- a) planejamento detalhado
- b) obediência hierárquica.
- c) atividade improdutiva.
- d) lentidão processual.
- e) inovação disruptiva.

10. "Se os cidadãos tivessem compreendido a dimensão do problema, talvez a solução não houvesse tardado tanto."

A correlação verbal utilizada no período expressa:

- a) um fato provável no futuro e sua consequência inevitável
- b) uma condição real no passado e seu resultado também real.
- c) uma hipótese irreal no passado e sua provável consequência também não ocorrida.
- d) uma dúvida no presente e seu possível desdobramento no futuro.
- e) uma ordem no passado e sua consequência obrigatória no presente.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Carlos Henrique*

11. Dona Marinalva, contando histórias antigas para seus netos, lembrou que disse ao avô deles a seguinte frase T: "Se eu não me caso com você, então eu volto para o Rio de Janeiro". Pode-se afirmar que uma frase logicamente equivalente a T é a seguinte:

- a) Se eu me caso com você, então eu volto para o Rio de Janeiro
- b) Se eu me caso com você, então eu não volto para o Rio de Janeiro
- c) Se eu volto para o Rio de Janeiro, então eu não me caso com você
- d) Se eu não volto para o Rio de Janeiro, então eu me caso com você
- e) Se eu não me caso com você, então não volto para o Rio de Janeiro

12. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo VERDADEIRAS.

- I. Lalu é marceneiro ou Maria não é engenheira.
- II. Se Angel é adventista, então Lalu não é marceneiro.
- III. Ou Oslani é estilista, ou Maria é engenheira, mas não ambos.
- IV. Lalu é marceneiro ou Piu é artista.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Piu não é artista ou Maria não é engenheira.
- b) Maria é engenheira e Angel não é adventista.
- c) Se Lalu não é marceneiro, então Oslani é estilista
- d) Oslani é estilista e Piu não é artista.
- e) Angel é adventista ou Piu é artista.

13. Após vender um iate, Nicolau dividiu totalmente a quantia que recebeu em pagamento entre sua esposa, seus dois filhos e sua sobrinha. A divisão foi feita do seguinte modo:

- a filha e o filho receberam a metade do total na razão de 4 para 3, respectivamente;
- sua esposa Maria recebeu o dobro do valor recebido pelo filho;
- a sobrinha recebeu R\$ 15.000,00

Nessas condições, a quantia total recebida pela venda de tal iate foi:

- a) R\$ 140.000,00
- b) R\$ 154.000,00
- c) R\$ 210.000,00
- d) R\$ 224.000,00
- e) R\$ 280.000,00

14. As idades de Allan, Bruno, César, Danilo e Ênio somadas dão 216 anos. Sabe-se que:

- Danilo tem 2 anos a mais que Ênio;
- Ênio tem 3 anos a menos que Bruno;
- César tem 5 anos a mais que Danilo;
- a média aritmética das idades de Allan e Danilo é a idade de Bruno.

Entre os 5 homens citados, aquele tem 43 anos é:

- a) Allan
- b) Bruno
- c) César
- d) Dorival
- e) Emílio

15. A tabela apresenta o controle de estoque de maçãs no mercado PHOENIX, em uma semana qualquer. A unidade citada na tabela abaixo, refere-se a unidade de maçã.

Controle de Estoque – em unidades

	Início do dia	Unidades vendidas	Unidades compradas	Final do dia
segunda-feira	16	12	25	29
terça-feira	29	16	20	
quarta-feira	33	20	15	
quinta-feira		17	20	
sexta-feira			17	26

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que, na sexta-feira, foram

- vendidas 3 maçãs a mais do que foram compradas.
- vendidas 5 maçãs a mais do que foram compradas.
- vendidas 2 maçãs a mais do que foram compradas.
- compradas 3 maçãs a mais do que foram vendidas.
- compradas 5 maçãs a mais do que foram vendidas.

16. A sequência abaixo foi criada repetindo-se as letras da palavra FEVEREIRO na mesma ordem:

FEVEREIROFEVEREIROFEVEREIRO...

A 1000ª letra dessa sequência será:

- F
- E
- V
- I
- R

17. O número de anagramas que podem ser formados com as letras da palavra DEMOGRAFIA em que todas as vogais estejam juntas e todas as consoantes também estejam juntas é igual a

- 3600.
- 4800.
- 7200.
- 12300.
- 14400.

18. Em um órgão do SEFAZ ESTERNOCLEIDOMASTOIDEO, estão de plantão doze auditores, sendo sete homens e cinco mulheres. Desse total de auditores, dois serão escolhidos ao acaso para compor uma equipe que atuará em uma missão de fiscalização.

Nessa situação hipotética, a probabilidade de que essa equipe tenha pelo menos uma mulher é de:

- 19/22.
- 5/33.
- 7/22.
- 31/67.
- 15/22

19. Minerva recebeu a tarefa de distribuir sete bolas amarelas e sete bolas roxas em quatro caixas, e a figura abaixo mostra quantas bolas cada caixa contém.



Sabe-se que:

- cada caixa contém pelo menos uma bola amarela;
- a terceira caixa contém quantidades iguais de bolas amarelas e roxas;
- a quarta caixa possui mais bolas amarelas do que roxas.

Retirando ao acaso uma bola de cada caixa, a probabilidade de que todas sejam amarelas é:

- 2,5%;
- 5%;
- 1,5%;
- 10%;
- 15%.

20. Para executar a tarefa de criação de 111 empadões de bacalhau, três cozinheiras dividiram o total de empadões entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a cozinheira de 30 anos fez

- a) 2 empadões a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 empadões a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 empadões a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 empadões a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 empadões a menos do que o de 24 anos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Raphael Lacerda

21. Uma cidade inteligente precisa monitorar 10.000 sensores de tráfego distribuídos pela cidade que coletam:

- Contagem de veículos por minuto
- Velocidade média dos veículos
- Condições ambientais (temperatura, umidade)
- Status do sensor
- Timestamp preciso

Haverá um volume massivo de dados, principalmente de escrita.

A partir do problema descrito, informe qual será a melhor solução para resolvê-lo:

- a) A linguagem SQL é a principal linguagem utilizada para executar as requisições em bancos NoSQL e deve ser utilizada para inserção desses dados.
- b) Um banco de dados relacional tradicional (PostgreSQL/MySQL) é a melhor opção devido à necessidade de consistência ACID e relacionamentos complexos entre os dados dos sensores.
- c) Apache Cassandra é a solução ideal por ser otimizado para escritas massivas, escalabilidade horizontal, alta disponibilidade e dados time-series com padrões de consulta previsíveis.

d) MongoDB deve ser utilizado pois oferece transações BASE completas necessárias para garantir a disponibilidade e replicação dos dados.

e) Redis é a melhor escolha por ser um banco em memória, oferecendo a velocidade necessária para processar milhões de registros de sensores por dia.

22. Bancos de dados NoSQL seguem o teorema BASE. O que significa esse teorema?

- a) Business Analytics, Storage Efficiency e Automated Clustering para otimização de performance em sistemas distribuídos.
- b) Backup Availability, System Scalability e Error Correction como pilares fundamentais da arquitetura NoSQL.
- c) Basically Available, Soft State e Eventual Consistency como modelo de consistência flexível para sistemas distribuídos.
- d) Binary Allocation, Structured Schema e Enhanced Concurrency para garantir integridade transacional em ambientes distribuídos.
- e) Balanced Access, Synchronized State e Exact Consistency seguindo os princípios ACID adaptados para NoSQL.

23. A respeito de I.A generativa, assinale a opção incorreta:

- a) A inteligência artificial generativa (IA generativa) é um campo da inteligência artificial que se concentra na capacidade de criar novos conteúdos e ideias de forma autônoma.
- b) A Inteligência Artificial Generativa (IA Generativa) é uma classe de algoritmos que se destaca por sua capacidade de criar, simular e gerar dados de forma autônoma, imitando padrões e características observadas em conjuntos de dados de treinamento.
- c) Dados sintéticos são considerados fontes seguras para treinamentos de modelos para redes generativas.
- d) Os modelos generativos funcionam através de técnicas como transformers, GANs (Generative Adversarial Networks) e modelos de difusão para gerar outputs baseados em prompts de entrada.
- e) Modelos como GPT, DALL-E e Stable Diffusion são exemplos de I.A. generativa que conseguem produzir conteúdo original através de redes neurais treinadas em grandes volumes de dados.

24. Assinale a afirmativa correta a respeito das diferenças entre ETL e ELT:

- a) Em regra, o custo de manutenção de um ELT é mais alto que um ETL.
- b) A etapa de extração é a que agrega mais valor para ambos os processos.
- c) ETL é mais associado a data lakes e ELT a data warehouse.
- d) Em regra, ETL demanda menos espaço que ELT.
- e) No ETL os dados são extraídos, transformados e depois carregados no destino, enquanto no ELT os dados são extraídos, carregados no destino e depois transformados dentro do sistema de origem.

25. Trata-se de uma solução simples para problemas de classificação, que oferece um ótimo embasamento estatístico para as ações de machine learning (ML). É um classificador probabilístico que assume, ao analisar um problema, que as features são independentes entre si:

Fonte: <https://blog.somostera.com/data-science/naive-bayes>

- a) Naive Bayes.
- b) Random Forest.
- c) Support Vector Machine (SVM).
- d) K-Nearest Neighbors (KNN).
- e) Decision Tree.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. Durante uma operação de fiscalização em uma grande empresa, a auditora fiscal Fernanda apurou que o contribuinte, além de atrasar o pagamento de tributos, praticara fraude comprovada. No relatório final, ela indicou que a autoridade competente poderia aplicar uma penalidade admitida pela Constituição Federal de 1988, mas jamais impor uma pena expressamente vedada pelo próprio texto constitucional.

Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, uma espécie de pena permitida e outra proibida:

- a) Reparação do dano e banimento.
- b) Trabalhos forçados e suspensão de direitos.
- c) Privação de liberdade e trabalhos forçados.
- d) Multa e degredo.
- e) Prestação de contas e pena de caráter perpétuo.

27. Durante a análise de documentos para um concurso público de carreira típica de Estado, a comissão avaliadora percebeu que alguns candidatos apresentavam situações diferentes quanto ao local de nascimento e à condição dos pais. Para garantir que apenas aqueles com nacionalidade compatível com os requisitos do cargo fossem admitidos, foi necessário relembrar o que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece sobre quem é considerado brasileiro nato.

Com base na Constituição, analise as afirmações:

- I. Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são brasileiros natos.
- II. Os nascidos no estrangeiro que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, são brasileiros natos.
- III. Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, são brasileiros natos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

28. Em uma aula preparatória para o concurso de auditor fiscal, o professor utilizou um exemplo prático para explicar a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. Ele destacou que a estrutura federativa é formada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, todos dotados de autonomia política, administrativa e financeira.

A partir dessa premissa constitucional, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) A edição de medidas provisórias pelo Governador do Estado só poderá ocorrer na hipótese de federalização de graves violações a direitos humanos.
- b) São bens do Estado as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios.
- c) É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, ou compensação financeira por essa exploração.
- d) As Constituições estaduais não são obrigadas a seguir à Constituição da República no que tange à iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.
- e) Compete aos Estados a exploração direta ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços.

29. Durante uma auditoria em um órgão público federal, a servidora Ana percebeu que a gestão adotava práticas que não estavam alinhadas aos princípios constitucionais da Administração Pública. Diante disso, buscou fundamentar suas recomendações com base no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que disciplina esses princípios.

Considerando o disposto nesse artigo, analise as afirmativas a seguir:

- I. A publicidade dos atos administrativos é regra, salvo quando envolver informações sigilosas que possam comprometer a segurança do Estado.
- II. A moralidade administrativa se resume ao cumprimento estrito da lei, não incluindo valores éticos.
- III. A eficiência é um princípio implícito na Administração Pública, sem previsão expressa na Constituição.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

30. Em uma reunião da Comissão de Finanças da Assembleia Legislativa, a deputada Mariana destacou a importância do controle externo para assegurar a correta gestão dos recursos públicos estaduais. Ela lembrou que, segundo a Constituição Federal de 1988, esse controle é exercido por um órgão que funciona como um apoio direto ao Poder Legislativo, garantindo a transparência, a legalidade e a eficiência na administração pública.

Com base nessa informação, assinale a alternativa que indica corretamente quem é o protagonista do controle externo da Administração Pública:

- a) O Poder Legislativo auxiliado pelo Tribunal de Contas.
- b) O Poder Executivo, por meio da Controladoria-Geral do Estado.

- c) O Ministério Público, que atua como fiscal da lei.
- d) O Poder Judiciário, em suas competências constitucionais.
- e) A Secretaria da Fazenda, responsável pela fiscalização orçamentária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. O Município de Bela Serra decidiu aprimorar o atendimento previdenciário à população local e, para isso, solicitou apoio à União. Em resposta, foi editada lei específica criando o Instituto Nacional de Previdência Social Rural (INPSR), destinado à execução de atividades de previdência social em âmbito nacional.

Já para gerenciar a operação logística do pagamento dos benefícios, a União optou por autorizar a criação da Empresa Nacional de Pagamentos Previdenciários S.A. (ENAPP), que, após a autorização legal, teve seus atos constitutivos aprovados por decreto do Presidente da República e registrados na Junta Comercial.

Com base no caso apresentado, assinale a opção correta.

- a) As autarquias, por possuírem autonomia política, podem legislar sobre matérias de interesse local, à semelhança dos municípios, além de executar atividades típicas de Estado.
- b) As empresas públicas são criadas diretamente por lei específica, possuindo personalidade jurídica de direito público e patrimônio próprio.
- c) A criação de autarquia ocorre por lei específica, ao passo que a instituição de empresa pública depende de autorização em lei específica, seguida da elaboração e registro dos atos constitutivos.
- d) Tanto as autarquias quanto as empresas públicas podem ser instituídas por lei complementar ou por decreto autônomo, desde que haja previsão orçamentária.
- e) As autarquias, por serem pessoas jurídicas de direito privado, necessitam de registro na Junta Comercial para adquirir personalidade jurídica.

32. Em uma operação de fiscalização sanitária, um agente público lavrou auto de infração e determinou, de forma imediata, a interdição de um estabelecimento por risco à saúde pública. O proprietário do local, inconformado, alegou que a medida seria inválida por não ter sido previamente autorizada judicialmente.

No que se refere aos atributos dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) O ato praticado é inválido, pois somente o Poder Judiciário pode ordenar medidas de interdição imediata.
- b) A medida tem respaldo na autoexecutoriedade do ato administrativo, que permite sua execução direta quando prevista em lei ou em situação de urgência.
- c) O ato é nulo, pois não observou o devido processo legal e a ampla defesa antes da interdição.
- d) A interdição somente poderia ser realizada com o consentimento expresso do administrado.
- e) A validade do ato depende da publicação prévia em diário oficial.

33. Maria, servidora pública federal, foi designada para desempenhar funções em outro setor. Sua chefia imediata, no entanto, continuou a monitorar suas atividades e, em determinado momento, alterou um ato praticado por Maria, alegando que este contrariava as diretrizes do órgão.

No que se refere ao poder hierárquico na Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O poder hierárquico confere à chefia o direito de rever atos praticados por subordinados, mesmo quando estejam formalmente corretos.
- b) A chefia não pode rever atos praticados por servidores transferidos para outro setor, sob pena de abuso de autoridade.
- c) A alteração de atos somente pode ocorrer por decisão judicial ou mediante processo disciplinar.
- d) O poder hierárquico limita-se ao poder de aplicar sanções disciplinares.
- e) A revisão de atos administrativos não se enquadra no poder hierárquico, mas no poder regulamentar.

34. Durante uma auditoria realizada por órgão de controle interno de um ministério, foram identificadas diversas irregularidades em contratos firmados por um servidor. A autoridade superior decidiu pela aplicação de penalidades e recomendou a revisão dos contratos.

No que se refere ao controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de controle legislativo, pois houve apuração de contratos administrativos.
- b) O controle é externo, uma vez que o controle interno não possui competência para aplicar sanções.
- c) Trata-se de controle administrativo interno, realizado pela própria Administração para fiscalizar seus atos e agentes.
- d) O controle é judicial, uma vez que a penalidade aplicada só poderia ser determinada por decisão de juiz.
- e) É exemplo de controle popular, pois qualquer cidadão pode participar das auditorias.

35. Com base na Lei nº 14.133/2021, no que se refere às hipóteses de inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação de profissional do setor artístico, mesmo que não consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, poderá ocorrer por inexigibilidade desde que intermediada por empresário exclusivo.
- b) É permitida a subcontratação de empresas nas hipóteses de inexigibilidade fundadas em notória especialização, desde que previamente autorizada pela Administração Pública.
- c) Para fins de contratação por inexigibilidade de imóvel, é suficiente a avaliação prévia do bem, dispensando-se a comprovação de inexistência de imóvel público disponível.
- d) A contratação direta por inexigibilidade é admitida quando a competição for inviável, a exemplo da contratação de consultorias técnicas com empresas de notória especialização.
- e) É inexigível a licitação para a aquisição de medicamentos destinados a doenças raras, desde que os laboratórios sejam públicos e não tenham fins lucrativos.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

36. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território da Argentina, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, venezuelano residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.

- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.

- c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.

- d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.

- e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

37. Renato, servidor público, com intuito de comprometer a credibilidade de concurso público, permitiu que terceiros não autorizados tivessem acesso a seu conteúdo sigiloso. Nesse caso, Renato deve responder por delito de

- a) concussão.

- b) fraude em certame de interesse público.

- c) peculato.

- d) violação de sigilo funcional.

- e) condescendência criminosa.

38. De acordo com o Código Penal, constitui crime a falsificação de documento público. Nesse contexto, consideram-se documentos públicos, para fins penais, os documentos a seguir, à exceção de um. Assinale- o.

- a) O título emitido ao portador.

- b) As ações de sociedade comercial.

- c) O testamento particular.

- d) O instrumento particular de mandato.

- e) Os livros mercantis.

39. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Tício opôs-se à execução de ato legal, mediante violência, contra Eduardo, empresário que ali estava prestando auxílio a Gabriel, oficial de justiça competente para executar o referido ato.
- II. Claudionor exigiu para si alguma vantagem de Elisabete, a pretexto de influir em ato praticado por Rafael, funcionário público, no exercício da função que ele desempenhava.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Tício

- a) praticou o crime de lesão corporal culposa e Claudionor praticou o crime de concussão.
- b) praticou o crime de desacato e Claudionor praticou o crime de peculato.
- c) não praticou qualquer crime, pois Eduardo não é funcionário público, enquanto Claudionor praticou o crime de advocacia administrativa.
- d) praticou o crime de desobediência e Claudionor praticou o crime de condescendência criminosa.
- e) praticou o crime de resistência e Claudionor praticou o crime de tráfico de influência.

40. Relativamente aos crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), é correto afirmar que:

- a) constitui crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca domiciliar após as 21h.
- b) constitui efeito da condenação a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de dez anos.
- c) a ação penal será pública condicionada à representação do ofendido.
- d) a suspensão condicional do processo é vedada nos crimes de abuso de autoridade.
- e) constitui crime de abuso de autoridade o responsável pelas investigações divulgar a atribuição de culpa, mesmo após concluídas as apurações e formalizada a acusação.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

41. Em 2022, Júlio celebrou com Marina um contrato de doação de um imóvel, estipulando que a transferência da propriedade ocorreria somente se Marina concluísse seu curso de Direito até dezembro de 2025. Além disso, o contrato previa que, caso a condição fosse cumprida, Marina ficaria obrigada a construir um abrigo para animais no local. Posteriormente, descobriu-se que Marina havia sido coagida moralmente por seu irmão a aceitar a doação nos termos impostos por Júlio, pois o irmão ameaçou revelar segredo pessoal dela. Considerando as disposições do CC/2002, assinale a alternativa correta.

- a) A doação está subordinada a termo suspensivo, e o encargo imposto caracteriza-se como condição resolutiva.
- b) A doação está subordinada a condição suspensiva, e o encargo imposto não afeta a validade do negócio.
- c) A doação está subordinada a termo resolutivo, e a coação sofrida gera anulabilidade do negócio jurídico.
- d) A doação está subordinada a condição suspensiva, mas a coação sofrida torna o negócio jurídico nulo de pleno direito.
- e) A doação está subordinada a condição suspensiva, mas o encargo imposto é ilícito, tornando o negócio jurídico ineficaz.

42. Carlos, credor de uma dívida no valor de R\$ 200.000,00 contra João, firmou contrato de cessão de crédito com Pedro, transferindo-lhe integralmente o direito de receber o valor devido. O contrato foi celebrado por escrito e assinado por ambos, mas João, devedor, não foi notificado.

Antes de receber qualquer comunicação formal, João, acreditando que Carlos ainda era o credor, pagou integralmente a dívida a ele. Posteriormente, Pedro exigiu o pagamento do mesmo valor, alegando que a cessão era válida e eficaz independentemente da ciência do devedor.

Considerando as disposições do CC/2002, assinale a alternativa correta.

- a) A cessão de crédito é inválida por ausência de consentimento do devedor.
- b) A cessão de crédito é válida, mas ineficaz em relação a João até que ele seja notificado, razão pela qual o pagamento a Carlos é eficaz.
- c) A cessão de crédito é nula porque o pagamento ao cedente, mesmo antes da notificação, não extingue a obrigação.
- d) A cessão de crédito é válida e eficaz contra João desde a assinatura do contrato, independentemente de sua ciência.
- e) A cessão de crédito é anulável, e João deve pagar novamente a Pedro.

43. Em 2023, Paula comprou de Renato um terreno por escritura pública, pagando à vista o valor de R\$ 500.000,00. Meses depois, descobriu que o terreno havia sido objeto de decisão judicial transitada em julgado que reconheceu a propriedade em favor de terceiro, que ajuizou ação e obteve a imissão na posse, retirando Paula do imóvel.

No contrato de compra e venda, não havia cláusula expressa de exclusão ou limitação da responsabilidade de Renato por evicção. Paula pretende exigir de Renato a restituição do preço pago, mais as despesas que teve com a escritura e o registro do imóvel.

Considerando as disposições do CC/2002, assinale a alternativa correta.

- a) Renato não responde pela evicção, pois não houve culpa sua na perda do bem.
- b) Renato responde pela evicção apenas se houver cláusula expressa no contrato prevendo essa responsabilidade.
- c) Renato responde pela evicção, devendo restituir o preço pago e indenizar Paula pelas despesas, independentemente de culpa.
- d) Renato responde pela evicção, mas apenas se Paula não tiver sido negligente na verificação da situação jurídica do bem.
- e) Renato não responde pela evicção se provar que desconhecia o litígio envolvendo o imóvel.

44. Em março de 2024, Helena comprou de Lucas um automóvel usado por R\$ 60.000,00. Três semanas depois, o carro apresentou um defeito grave no motor, que tornava impossível o seu uso e cuja reparação custaria cerca de R\$ 20.000,00. O defeito era preexistente à compra e não poderia ter sido detectado por exame comum, apenas por perícia mecânica especializada.

Helena, inconformada, procura um advogado para saber quais são seus direitos.

Considerando as disposições do CC/2002 sobre vícios redibitórios, assinale a alternativa correta.

- a) Helena poderá redibir o contrato ou obter abatimento proporcional do preço, desde que o vício seja oculto, grave e anterior à compra.
- b) Helena somente poderá pedir abatimento do preço, pois a redibição depende de previsão contratual expressa.
- c) Helena não poderá reclamar, pois deveria ter submetido o veículo a uma vistoria mecânica antes da compra.
- d) Helena poderá exigir a substituição do veículo por outro de igual valor e condições, independentemente do vício ser oculto ou aparente.
- e) Helena somente poderá reclamar se provar que Lucas tinha conhecimento prévio do defeito no momento da venda.

45. Em 2020, Marcelo adquiriu, de boa-fé, um sítio mediante contrato particular de compra e venda. No início de 2022, descobriu que o vendedor não possuía a titularidade do domínio.

Enquanto acreditava ser o legítimo proprietário, Marcelo realizou diversas benfeitorias no imóvel, classificadas como necessárias, úteis e voluptuárias, incluindo: construção de um galpão, instalação de sistema de irrigação e criação de um lago artificial.

Em 2023, o verdadeiro proprietário ajuizou ação reivindicatória e obteve decisão favorável determinando a devolução do bem. Ao ser intimado para desocupá-lo, Marcelo requereu indenização pelas benfeitorias realizadas e direito de retenção até o recebimento do valor correspondente.

Considerando a situação descrita e as regras do CC/2002, é correto afirmar que:

- a) O possuidor de boa-fé deve entregar ao proprietário os frutos obtidos no período da posse, descontadas as despesas de manutenção e investimento.
- b) Durante a posse de boa-fé, o possuidor responde pela perda ou dano da coisa, mesmo que acidental, salvo se provar que o prejuízo ocorreria igualmente com o proprietário.
- c) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis; quanto às voluptuárias, poderá retirá-las se não houver prejuízo ao imóvel.
- d) O possuidor de boa-fé deve entregar todos os frutos colhidos e percebidos, bem como aqueles que, por culpa sua, deixou de colher, tendo direito à indenização pelas despesas de custeio e produção.
- e) Os frutos pendentes no momento da perda da posse permanecem com o possuidor, devendo o proprietário indenizá-los pelo valor de mercado, acrescido das despesas de produção e cultivo.

ECONOMIA

Amanda Aires

46. Em um cenário de recessão, o governo decide aumentar seus gastos públicos em R\$ 50 bilhões, sem alterar a carga tributária. Considerando que a propensão marginal a consumir (PMC) da economia seja de 0,8, o efeito total sobre o PIB, segundo o modelo keynesiano simples, será de:

- a) R\$ 50 bilhões.
- b) R\$ 200 bilhões.
- c) R\$ 250 bilhões.
- d) R\$ 400 bilhões.
- e) R\$ 500 bilhões.

47. Segundo a Curva de Phillips de curto prazo, uma política monetária expansionista tende a provocar:

- a) Redução simultânea da inflação e do desemprego.
- b) Aumento da inflação e redução do desemprego.
- c) Redução da inflação e aumento do desemprego.
- d) Aumento da inflação e do desemprego.
- e) Manutenção da inflação e do desemprego inalterados.

48. Se o Brasil registra um déficit na conta corrente do Balanço de Pagamentos, isso significa que:

- a) O país exportou mais bens e serviços do que importou.
- b) O país importou mais bens e serviços do que exportou.
- c) O superávit comercial foi maior que o déficit em serviços.
- d) O investimento estrangeiro direto foi negativo.
- e) O saldo em transações correntes foi nulo.

49. Em um regime de câmbio fixo, quando há pressão para desvalorização da moeda nacional, o Banco Central, para manter a paridade, deve:

- a) Comprar moeda estrangeira no mercado.
- b) Vender moeda estrangeira no mercado.
- c) Emitir moeda nacional sem contrapartida.
- d) Aumentar a taxa de câmbio nominal.
- e) Reduzir a taxa de juros doméstica.

50. Se a economia está operando no pleno emprego e há um aumento expressivo da demanda agregada, segundo o modelo clássico, o efeito esperado será:

- a) Aumento do PIB real e do nível de preços.
- b) Aumento apenas do PIB real.
- c) Aumento apenas do nível de preços.
- d) Redução do PIB real e do nível de preços.
- e) Nenhuma alteração no PIB real ou no nível de preços.

FINANÇAS PÚBLICAS

Leandro Ravyelle

51. O Tribunal de Contas de determinado estado detectou que o Executivo utilizou crédito suplementar aberto por decreto para remanejar recursos entre órgãos distintos, sem autorização legislativa. A justificativa do gestor era a urgência na execução de obras de infraestrutura, que não permitia esperar tramitação legislativa.

Com base nos princípios orçamentários e nas normas legais, assinale a alternativa correta:

- a) A prática está correta, pois o princípio da eficiência permite ajustes imediatos pelo Executivo.
- b) A abertura de crédito suplementar independe de autorização legislativa, desde que prevista na LDO.
- c) A realocação entre órgãos distintos exige autorização legislativa prévia, em decorrência da vedação ao estorno constitucional.

d) O princípio da exclusividade autoriza o remanejamento, desde que a despesa tenha matéria orçamentária.

e) A urgência justifica a não observância do princípio da legalidade no processo orçamentário.

52. Durante uma reunião de transição governamental, a nova equipe de planejamento afirmou que pretende substituir o modelo tradicional vigente por uma técnica que permita integrar ações de governo, medir resultados e reforçar o controle da efetividade das políticas públicas.

Com base na situação, assinale a alternativa correta sobre a técnica orçamentária mencionada:

- a) O orçamento de base zero é a técnica mais adequada para planejamento estratégico de longo prazo.
- b) O orçamento tradicional permite vinculação entre despesa e resultado físico por meio de unidades programáticas.
- c) O orçamento incremental aprimora a alocação por programas, mantendo o controle por resultados.
- d) O orçamento-programa permite planejamento por programas, com metas físicas e avaliação de desempenho.
- e) O orçamento-contábil assegura eficiência na alocação de recursos conforme o princípio da economicidade.

53. A Secretaria da Fazenda Estadual inscreveu, no final do exercício de 2023, um conjunto de créditos tributários não pagos, após a constituição do crédito e esgotamento da via administrativa. A Procuradoria passou a adotar medidas judiciais de cobrança.

Com base nos estágios da receita pública, assinale a alternativa correta:

- a) A inscrição em dívida ativa ocorre antes do lançamento e corresponde ao estágio de previsão.
- b) Após a inscrição em dívida ativa, o crédito é considerado receita extraorçamentária.
- c) A inscrição em dívida ativa sucede ao lançamento e marca o início da cobrança judicial ou extrajudicial.
- d) A arrecadação da dívida ativa depende da liquidação da receita no exercício financeiro.
- e) A cessão de direitos creditórios poderá abranger percentuais do crédito que, por força de regras constitucionais, pertençam a outros entes da Federação.

54. Durante consulta ao setor de planejamento, um novo servidor do Ministério do Desenvolvimento Econômico perguntou se era necessário incluir a proposta de um novo programa de habitação popular na LOA de 2026 – que se estenderia por dois exercícios e traria despesas de custeio como consequência, ainda que esse programa não constasse no PPA vigente.

Com base na CF/88 e no ciclo orçamentário, assinale a alternativa correta:

- a) A inclusão direta na LOA é válida, pois o PPA é um instrumento de diretrizes gerais e não obriga vinculação de programas.
- b) A ausência de previsão no PPA impede a inclusão de programas de duração continuada na LOA.
- c) A compatibilidade entre LOA e PPA é recomendada, mas não obrigatória, segundo a LRF.
- d) O novo programa pode ser incluído na LOA por meio de anexo específico e desde que contenha recursos disponíveis.

e) O ciclo orçamentário permite que novos programas sejam criados a qualquer tempo, desde que no prazo de vigência do PPA.

55. Um servidor público de uma fundação federal solicitou adiantamento de numerário para realização de pequenas despesas com material de consumo durante evento oficial em local sem agência bancária ou estrutura administrativa.

Com base na legislação vigente, assinale a alternativa correta quanto ao suprimento de fundos:

- a) O suprimento de fundos pode ser concedido sem empenho prévio, desde que haja autorização do ordenador de despesa.
 - b) A concessão do suprimento de fundos depende de previsão no PPA e aprovação da LDO.
 - c) O suprimento de fundos só pode ser concedido a servidores efetivos e estáveis.
 - d) A aplicação do suprimento de fundos deve ser comprovada em prazo legal e possui natureza de despesa orçamentária, mesmo que se gere uma receita quando da devolução em exercício posterior.
 - e) O suprimento de fundos é receita extraorçamentária utilizada em situações de urgência.
-

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

56. A respeito do exercício da atividade empresarial, marque a opção que coaduna com a legislação atualmente em vigor:

- a) Podem exercer a atividade de empresário e ser sócio de sociedade os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.
- b) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- c) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, iniciar ou continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.
- d) Para incapaz continuar empresa, não precisará de autorização judicial, basta que sejam ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros.
- e) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, o juiz nomeará um ou mais gerentes.

57. O instituto complementar mais tratado na prática e com muita relevância no desenvolvimento das atividades econômicas é o estabelecimento. Sobre isso escolha a alternativa que esteja de acordo com a lei:

- a) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza, dentre esses negócios pode-se citar a alienação, o usufruto, o arrendamento, exceto o trespasse.
- b) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, sendo dispensada a publicação na imprensa oficial.

c) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, apenas de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação.

d) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo subsidiariamente obrigado pelo prazo de um ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

e) Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos cinco anos subsequentes à transferência, sendo que, no caso de arrendamento ou usufruto do estabelecimento, a proibição prevista neste artigo persistirá durante o prazo do contrato.

58. As sociedades podem ter o seu capital social dividido em ações. Sobre esses tipos societários, marque a opção correta:

- a) Na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de venda das ações que subscrever ou adquirir.
- b) A sociedade anônima rege-se pelas regras do Código Civil e subsidiariamente por lei especial.
- c) A sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima e opera sob firma ou denominação.
- d) Na comandita por ações, somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.
- e) Na comandita por ações, a assembleia geral pode mudar o objeto essencial da sociedade, prorrogar-lhe o prazo de duração, aumentar ou diminuir o capital social, criar debêntures, ou partes beneficiárias.

59. A respeito das sociedades limitadas e os desdobramentos legais sobre a administração, assinale a alternativa correta:

- a) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato separado e a administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- b) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, três quartos dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.
- c) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração e se o termo não for assinado nos quinze dias seguintes à designação, esta se tornará sem efeito.
- d) O exercício do cargo de administrador cessa pela destituição, feita anualmente, do titular, ou pelo término do prazo se, fixado no contrato ou em ato separado, não houver recondução.
- e) A renúncia de administrador torna-se eficaz, em relação à sociedade, desde o momento em que todos os sócios assinam o novo contrato social e, em relação a terceiros, após a averbação e publicação.

60. São considerados créditos extraconcursais elencados na Lei de Falências, exceto:

- a) os créditos em dinheiro objeto de restituição.
- b) as remunerações devidas ao administrador judicial e aos seus auxiliares, aos reembolsos devidos a membros do Comitê de Credores, e aos créditos derivados da legislação trabalhista ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência.
- c) as obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial ou após a decretação da falência.

d) as despesas com arrecadação, administração, realização do ativo, distribuição do seu produto e custas do processo de falência.

e) créditos quirografários.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

61. Ao definir a estratégia global da auditoria, o auditor deve:

- a) Estabelecer a natureza, época e extensão dos procedimentos adicionais no nível de afirmação.
- b) Determinar as características do trabalho para definir o alcance, os objetivos do relatório e fatores significativos para orientar os esforços da equipe.
- c) Documentar apenas o plano de auditoria, visto que a estratégia global é documento interno não obrigatório.
- d) Identificar riscos significativos antes de desenvolver qualquer plano de auditoria.
- e) Assegurar que o planejamento não seja alterado após a execução dos procedimentos preliminares.

62. Sobre o uso de amostragem de auditoria pelo auditor, é correto afirmar:

- a) Apenas a amostragem estatística é permitida em auditoria.
- b) O tamanho da amostra é critério determinante para diferenciar a abordagem estatística da não estatística.
- c) Quanto menor o risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar, maior deve ser o tamanho da amostra.
- d) O risco de amostragem pode ser eliminado se a amostra for estatística.
- e) A estratificação divide a população em grupos com características distintas.

63. Confirmações externas obtidas diretamente pelo auditor são consideradas:

- a) Evidência de baixa confiabilidade, pois vêm de terceiros.
- b) Evidência mais confiável do que obtida internamente.
- c) Evidência insuficiente para testes substantivos.
- d) Procedimento substitutivo para inspeção física.
- e) Evidência aplicável apenas em auditoria interna.

64. Durante a execução de uma auditoria externa, o auditor independente obteve documentação detalhada da auditoria interna sobre o monitoramento de controles. Segundo as normas, o auditor externo:

- a) Pode substituir integralmente seus testes substantivos pelo trabalho da auditoria interna.
- b) Pode considerar o trabalho da auditoria interna como parte da evidência, mas permanece responsável pela sua opinião.
- c) Não pode utilizar o trabalho da auditoria interna sob nenhuma circunstância.
- d) Deve sempre refazer integralmente os testes documentados pela auditoria interna.
- e) Pode emitir opinião conjunta com a auditoria interna.

65. Em termos de risco, a NBC TA 200 estabelece que:

- a) O risco de auditoria pode ser totalmente eliminado com testes suficientes.
- b) A segurança razoável é atingida reduzindo o risco de auditoria a um nível aceitável.
- c) O risco de auditoria é igual ao risco de detecção.
- d) O risco de auditoria independe da eficácia dos controles internos.
- e) O risco de auditoria não se aplica a auditoria em entidades públicas.

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS

Silvio Sande

66. A empresa SS S.A. planeja lançar um novo equipamento eletrônico no mercado durante o segundo semestre de 2025. Para atrair clientes e alcançar o volume de vendas projetado de 50.000 unidades, a empresa estuda oferecer aos consumidores garantia de 3 anos, a contar da data da aquisição, responsabilizando-se pelo reparo ou substituição de itens com defeito de fabricação. Sua experiência pregressa com produtos similares a fez estimar que 60% dos equipamentos vendidos não apresentarão defeitos no período coberto pela garantia; 30% apresentarão pequenos defeitos, que devem culminar em gastos com reparos de cerca de R\$ 800.000,00; e 10% apresentarão grandes defeitos, cujos gastos com reparos são estimados em R\$ 1.500.000,00.

Com base nessas informações, a empresa SS S.A., em 31/12/2024,

- a) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 340.000,00 em seu Balanço Patrimonial.
- b) está dispensada, conforme norma atinente à matéria, de realizar reconhecimento ou divulgação.
- c) deve divulgar um passivo contingente no valor de R\$ 2.250.000,00 em suas Notas Explicativas.
- d) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 2.300.000,00 em seu Balanço Patrimonial.
- e) deve divulgar um passivo contingente no valor de R\$ 187.500,00 em suas Notas Explicativas.

67. Uma entidade possui uma plataforma de petróleo no mar. A entidade deve desativar a plataforma no final da sua vida útil, e uma provisão foi criada no início da produção. O valor contábil da provisão é de \$ 8 milhões. A entidade recebeu uma oferta de \$ 20 milhões (custos de venda de \$ 1 milhão) para os direitos à plataforma de petróleo, o que reflete o fato de que os proprietários devem desativá-la no final de sua vida útil. O valor em uso da plataforma de petróleo é de \$ 26 milhões, ignorando os custos de desmantelamento. O valor contábil da plataforma petrolífera é de \$ 28 milhões.

Determine o valor do *impairment* da plataforma de petróleo.

- a) \$ 1 milhão.
- b) \$ 2 milhões.
- c) \$ 18 milhões.
- d) \$ 19 milhões.
- e) Não haverá *impairment*.

68. Uma empresa vendeu determinado ativo nos mercados ativos do Rio de Janeiro e São Paulo, mas nenhum desses mercados é o principal. Na data da mensuração desse ativo, os valores relacionados às transações de venda eram os seguintes.

	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO
Preço de Venda	1000	950
Custo de Transporte	100	30
Custo de Transação	50	50

Nessa situação, o referido ativo será avaliado a valor justo por

- a) 850.
- b) 870.
- c) 900.
- d) 920.
- e) 950.

69. Em 02/01/2024, a Cia. Paraná possuía 40% das ações totais e votantes da Cia. Londrina. Na data, o patrimônio líquido da investida era de R\$ 100.000.

Em 03/02/2021, a Cia. Paraná passou a deter controle da Empresa Londrina ao adquirir mais 40% das ações totais e votantes da Cia. Londrina, pagando R\$ 50.000 à vista.

Assinale a opção que indica o impacto da operação, se existente, na Demonstração do Resultado do Exercício da Cia. Paraná.

- a) Receita de R\$ 10.000.
- b) Reserva de lucro de R\$ 10.000.
- c) *Goodwill* de R\$ 10.000.
- d) Ajuste a valor patrimonial de R\$ 10.000.
- e) Não há impacto.

70. Em 31/12/X0, uma loja de materiais esportivos vendeu quatro vales-presente de R\$ 500, que poderiam ser usados em no máximo 30 dias. A livraria não reembolsa valores não utilizados. No mês de janeiro de X1, as trocas dos vales aconteceram do seguinte modo:

1. Troca por uma chuteira de R\$800 com pagamento à vista dos R\$300 adicionais.
2. Troca por uma camisa de R\$300.
3. Troca por uma bola de R\$ 500.
4. Um vale-presente não foi trocado.

Assinale a opção que indica a receita contabilizada pela loja em 31/01/X1, considerando apenas esses fatos.

- a) R\$1.500.
- b) R\$1.600.
- c) R\$2.000.
- d) R\$2.300.
- e) R\$2.600.

71. A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- a) 183.600,00 e 20.400,00.
- b) 183.600,00 e 6.800,00.
- c) 197.200,00 e 6.800,00.
- d) 197.200,00 e 13.600,00.
- e) 217.600,00 e 13.600,00.

72. São dadas as seguintes informações relativas à escrituração da Cia. Industrial Embiribeira no exercício de 2024 (em R\$):

Estoque inicial de produtos em elaboração 200.000,00

Mão-de-Obra direta 540.000,00

Despesas financeiras na aquisição de material direto.....
..... 140.000,00

Estoque final de produtos acabados..... 300.000,00

Custos Indiretos de fabricação 960.000,00

Estoque final de produtos em elaboração..... 240.000,00

Material Direto consumido na produção 460.000,00

Despesa com fretes de venda 80.000,00

Estoque inicial de produtos acabados 400.000,00

O custo dos produtos vendidos pela companhia no exercício de 2024 correspondeu, em R\$, a

- a) 2.240.000,00
- b) 2.160.000,00
- c) 2.020.000,00
- d) 1.960.000,00
- e) 1.920.000,00

73. A empresa S2 produz um único produto e para produzir integralmente 10.000 unidades deste produto incorreu nos seguintes gastos durante o mês de dezembro de 2024:

Custos fixos: R\$ 60.000,00/mês

Custos variáveis:

Matéria-prima: R\$ 20,00/unidade

Mão de obra direta: R\$ 10,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 36.000,00/mês

Despesas variáveis: R\$ 2,00/unidade

Comissões sobre venda: 10% do preço de venda

Informações adicionais:

Preço de venda: R\$ 100,00/unidade

Impostos sobre a venda: 10% da receita de vendas

Quantidade vendida: 8.000 unidades

Sabendo que a empresa S2 utiliza o Custeio por Absorção, o custo unitário da produção do período foi:

- a) R\$ 13,00.
- b) R\$ 30,00.
- c) R\$ 34,00.
- d) R\$ 36,00.
- e) R\$ 40,00.

74. Determinada empresa tem capacidade para produzir 6.000 unidades de seu único produto por mês. Sabe-se que este produto possui preço de venda bruto de R\$ 600,00 por unidade, a empresa adota o custeio por absorção, e os custos e despesas incorridos para produzir e vender este produto são:

Custos fixos: R\$ 168.000,00/mês

Custos variáveis: R\$ 42,00/unidade

Despesas fixas: R\$ 42.000,00/mês

Comissões sobre venda: 3% do preço de venda bruto

Impostos sobre venda: 20% do preço de venda bruto

O ponto de equilíbrio contábil da empresa, em unidades, é

- a) 500.
- b) 1200.
- c) 1.500.
- d) 1.680.
- e) 2.100.

75. Observe alguns itens do Relatório de Produção da Empresa ALFA, abaixo, em reais.

Itens	Valor Orçado	Valor Real
Unidades Consumidas	950.000,00	960.000,00
Preço Unitário	4,28	4,00

Sabendo que a empresa trabalha com três variações, assinale o valor das variações no preço e na quantidade, em reais, foram, respectivamente, de:

- a) 226.000,00 e 42.800,00.
- b) 266.000,00 e 40.000,00.
- c) 266.000,00 e 42.800,00.
- d) 268.800,00 e 40.000,00.
- e) 268.800,00 e 42.800,00.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

76. O Município Audazes dos Pampas, visando a aprimorar a qualidade de suas demonstrações contábeis e a transparência para com a sociedade, está revisando suas práticas contábeis à luz da NBC TSP Estrutura Conceitual. Considerando as características qualitativas da informação contábil de propósito geral, analise as afirmativas a seguir:

- I. A representação fidedigna exige que a informação seja completa, neutra e isenta de erros, garantindo que o fenômeno que se pretende representar seja retratado de forma confiável e sem viés.
- II. A relevância é a característica que permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos, como a comparação de dados financeiros entre diferentes períodos ou entre entidades distintas.
- III. A tempestividade significa que a informação deve estar disponível aos usuários antes que perca sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização, mesmo que, por vezes, isso signifique uma menor precisão inicial.
- IV. A comparabilidade, embora importante, pode ser temporariamente comprometida se a aplicação de uma nova política contábil resultar em informações significativamente mais relevantes ou com maior representação fidedigna.

Assinale a opção que apresenta as afirmativas **CORRETAS**.

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

77. O Balanço Orçamentário, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a NBC TSP 13, é uma importante demonstração contábil do setor público. Considerando sua estrutura e informações apresentadas, analise as afirmativas a seguir:

- I. O quadro principal do Balanço Orçamentário deve apresentar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme a classificação por natureza.
- II. A coluna referente à previsão inicial das receitas no Balanço Orçamentário permanecerá inalterada durante todo o exercício, refletindo a posição inicial aprovada na Lei Orçamentária Anual (LOA).
- III. Um eventual déficit orçamentário em balanços não consolidados de órgãos ou entidades representa uma irregularidade e deve ser evidenciado no Balanço Orçamentário de forma a demonstrar o montante da movimentação financeira.
- IV. O orçamento plurianual, diferentemente do anual, não permite a transferência de dotações não utilizadas em determinado ano para períodos subsequentes, visando maior disciplina fiscal.

Assinale a opção que apresenta as afirmativas **CORRETAS**:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

78. Um hospital do setor público adquiriu, em janeiro de 2024, novos equipamentos médico-hospitalares, no valor total de R\$ 300.000. Para que esses equipamentos pudessem ser utilizados, foram incorridos custos adicionais de transporte no valor de R\$ 10.000 e de instalação, que totalizaram R\$ 5.000. Além disso, o hospital possui um conjunto de cadeiras e macas sobressalentes, mantidos em estoque para substituição em caso de dano ou necessidade de expansão.

Com base nas informações e nas normas de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP e NBC TSP 07), assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) Os equipamentos médico-hospitalares devem ser registrados no ativo circulante, dada a sua constante utilização e rotação no ambiente hospitalar.
- b) O custo total a ser capitalizado como Ativo Imobilizado para os novos equipamentos é de 300.000, pois custos de transporte e instalação são despesas do período.
- c) As cadeiras e macas sobressalentes, por serem destinadas a uso futuro no ambiente de serviços do hospital, devem ser classificadas como Ativo Imobilizado.
- d) Se o hospital alugasse um terreno de sua propriedade para uma clínica privada, esse terreno seria classificado como Propriedade para Investimento.
- e) Ativos Imobilizados, por definição, incluem tanto bens tangíveis quanto intangíveis, desde que usados para fins administrativos.

79. O Município Audazes dos Pampas organizou um grande evento público gratuito. Após o evento, a prefeitura foi acionada judicialmente por três grupos de moradores, cada um com uma reivindicação específica:

- **Grupo A (30 pessoas):** Reclamação por poluição sonora excessiva, pedindo indenização total de R\$ 90.000. Os advogados da prefeitura julgaram a perda desta causa como **provável**.
- **Grupo B (20 pessoas):** Reclamação por danos estruturais causados por vibrações, pedindo indenização total de R\$ 60.000. A análise jurídica indicou que a perda desta causa é **possível**.
- **Grupo C (10 pessoas):** Reclamação por obstrução de acesso, pedindo indenização total de R\$ 30.000. A avaliação legal determinou a perda desta causa como **remota**.

De acordo com a NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a opção que indica o montante total de **Provisão para Contingências** que a prefeitura deve reconhecer em seu Balanço Patrimonial referente a essas reivindicações:

- a) R\$0,00
- b) R\$30.000,00
- c) R\$60.000,00
- d) R\$90.000,00
- e) R\$150.000,00

80. Uma entidade do setor público, que não é uma instituição financeira, apresentou as seguintes movimentações em seu caixa durante o exercício de 2024:

- Recebeu impostos e taxas no valor de R\$500.000.
- Pagou salários e benefícios aos servidores no valor de R\$300.000.
- Vendeu um terreno que não era utilizado em suas operações por R\$150.000.
- Concedeu um empréstimo de longo prazo a uma entidade coligada no valor de R\$100.000.
- Recebeu juros sobre esse empréstimo concedido no valor de R\$10.000.
- Obteve um empréstimo de longo prazo junto a um banco no valor de R\$200.000.

De acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), assinale a opção que indica corretamente o impacto dessas transações nas atividades da DFC da entidade:

- a) Atividade Operacional: Fluxo de entrada de R\$500.000; Atividade de Investimento: Fluxo de saída de R\$100.000; Atividade de Financiamento: Fluxo de entrada de R\$200.000.
- b) Atividade Operacional: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$200.000; Atividade de Investimento: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$60.000; Atividade de Financiamento: Fluxo de entrada de R\$200.000.
- c) Atividade Operacional: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$210.000; Atividade de Investimento: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$50.000; Atividade de Financiamento: Fluxo de entrada de R\$200.000.
- d) Atividade Operacional: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$210.000; Atividade de Investimento: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$60.000; Atividade de Financiamento: Fluxo de entrada de R\$200.000.
- e) Atividade Operacional: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$210.000; Atividade de Investimento: Fluxo de caixa líquido de entrada de R\$50.000; Atividade de Financiamento: Fluxo de entrada de R\$200.000.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

81. Considerando a Constituição Federal e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre o princípio da capacidade contributiva e sua aplicação aos tributos, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- a) Tendo em vista o texto constitucional prever o princípio da capacidade contributiva exclusivamente para os impostos, fica impedida sua aplicação quando da criação de taxas.
- b) A variação do valor da taxa em função do patrimônio líquido da empresa é um exemplo de aplicação do princípio constitucional da capacidade contributiva.
- c) O Supremo Tribunal Federal (STF) entende que a capacidade contributiva é um princípio aplicável apenas a tributos diretos, não tendo relevância para taxas.
- d) A aplicação do princípio da capacidade contributiva às taxas é vedada, pois estas devem ter caráter meramente retributivo ou de contraprestação.
- e) Somente impostos com caráter pessoal podem ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

82. Com base nas decisões dos Tribunais Superiores sobre Responsabilidade Tributária, especificamente em relação à substituição tributária para frente, assinale a alternativa correta:

- a) A restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente só é devida se a base de cálculo efetiva da operação for superior à presumida.
- b) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) exige a comprovação do não repasse financeiro do ICMS para o consumidor final para que a restituição da diferença paga a maior seja concedida ao contribuinte substituído.
- c) A tributação sob o regime de substituição tributária para frente permite que o fato gerador presumido

tenha caráter definitivo, tornando desnecessária qualquer restituição posterior.

- d) Na sistemática da substituição tributária para frente, quando o contribuinte substituído revende a mercadoria por preço menor do que a base de cálculo presumida, a condição prevista no art. 166 do CTN é inaplicável para fins de restituição.
- e) O direito à restituição do ICMS-ST surge apenas se o fato gerador presumido não ocorrer.

83. Sobre os princípios do Sistema Tributário Nacional após a Reforma Tributária, conforme o Art. 145 da CF/88, qual dos seguintes princípios NÃO é expressamente mencionado?

- a) Simplicidade.
- b) Transparência.
- c) Justiça tributária.
- d) Eficiência econômica.
- e) Cooperação.

84. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.
- II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.
- III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

85. A CF/88, por meio da EC 132/23, estabeleceu que o IBS e a CBS observarão as MESMAS REGRAS em diversas relações. Qual das opções abaixo indica corretamente uma dessas relações?

- a) Competência para instituição e fixação de alíquotas.
- b) Fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos.
- c) Fiscalização e cobrança dos tributos.
- d) Destinação da arrecadação e regimes de transição.
- e) Definição de penalidades e processos judiciais.

86. A desoneração na aquisição de bens de capital pelos contribuintes é um ponto importante da Reforma Tributária em relação ao IBS e CBS. Como essa desoneração pode ser implementada, conforme a CF/88?

- a) Exclusivamente por meio de diferimento do imposto.
- b) Apenas pela concessão de regimes específicos de tributação.
- c) Por meio de crédito integral e imediato do imposto, diferimento ou redução em 100% das alíquotas do imposto.
- d) Por meio de reembolso parcial do imposto pago ao final do período de apuração.
- e) Pela exclusão da base de cálculo dos bens de capital.

87. Qual foi a alteração implementada na CIDE-Combustíveis pela EC 132/2023 em relação à destinação de sua receita?

- a) A receita passa a ser integralmente destinada aos Estados e Municípios.
- b) Adiciona-se o pagamento de subsídios a tarifas de transporte público coletivo de passageiros como nova finalidade.
- c) É eliminada a destinação para financiamento de projetos ambientais.

d) A receita é direcionada exclusivamente para pesquisa e desenvolvimento em energias renováveis.

e) Torna-se vedada a destinação para o pagamento de subsídios a preços ou transporte de combustíveis.

88. A imunidade religiosa (Art. 150, VI, "b") veda a instituição de impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto. Sobre a previsão Constitucional e o entendimento dos Tribunais Superiores sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade se aplica apenas ao local de culto, excluindo residências de membros (ministros de culto) ou escritórios administrativos das igrejas.
- b) A imunidade se estende a imóveis utilizados como escritório administrativo da igreja e residência de membros da entidade (ministros de culto).
- c) A imunidade religiosa é restrita a impostos sobre a renda, não alcançando o IPTU.
- d) A imunidade é válida apenas se a entidade religiosa não possuir nenhuma atividade econômica.
- e) O STF considera a imunidade religiosa inconstitucional para imóveis residenciais.

89. Sobre a fase de transição da Reforma Tributária, especificamente em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), como ocorrerá a implementação completa do IBS e a consequente extinção do ICMS e ISS?

- a) O IBS iniciará a cobrança em 2026 com alíquota de 0,1%, e a partir de 2029 haverá redução gradativa de ICMS/ISS e aumento do IBS, até a completa implementação em 2033.
- b) O IBS será implementado imediatamente em 2026, com a extinção total do ICMS e ISS no mesmo ano.
- c) A transição dependerá da adesão de cada Estado e Município individualmente, até 2033.
- d) O IBS entrará em vigor em 2029 com alíquota integral, sem período de teste prévio.
- e) O ICMS e ISS serão mantidos paralelamente ao IBS por tempo indeterminado.

90. Sobre a competência para instituição de tributos e regras de base de cálculo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição.
- b) A instituição de taxa de fiscalização do funcionamento de torres e antenas de transmissão e recepção de dados e voz é de competência comum da União, Estados e Municípios.
- c) A taxa municipal de conservação de estradas de rodagem é constitucional, mesmo que sua base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.
- d) Os Estados possuem competência para instituir contribuições para o custeio de serviços médicos e odontológicos prestados a seus servidores, com adesão compulsória.
- e) É inconstitucional a utilização do volume de minério extraído como elemento para a quantificação tributária das taxas minerárias.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**FEDERAL***Fábio Dutra*

91. Sobre as particularidades do Microempreendedor Individual (MEI), conforme estabelecido pela LC 123/2006, assinale a alternativa correta:

- a) o MEI constitui categoria jurídica distinta da microempresa.
- b) o MEI é modalidade de microempresa, sendo aplicáveis todos os benefícios previstos para microempresa que lhe forem mais favoráveis.
- c) os benefícios aplicáveis ao MEI são exclusivamente aqueles previstos especificamente para esta modalidade.
- d) o MEI não se enquadra como microempresa, constituindo regime tributário sui generis.
- e) apenas os benefícios tributários da microempresa estendem-se ao MEI, excluindo-se os demais tratamentos diferenciados

92. Considerando a legislação do Imposto de Renda, assinale a alternativa correta. Estão sujeitas ao Lucro Real as pessoas jurídicas:

- a) que explorem, de forma cumulativa e contínua, serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber ou factoring.
- b) cuja receita total no ano-calendário anterior seja superior a R\$ 78.000.000,00, independentemente do número de meses de atividade no período.
- c) que tenham lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior, desde que superem o limite de R\$ 78.000.000,00 de receita bruta no ano-calendário anterior.
- d) que tenham sido constituídas como sociedades limitadas, qualquer que seja o ramo de atividade e a receita bruta.
- e) que sejam optantes pelo Simples Nacional, mas que, no decorrer do ano, passem a exercer atividade de comércio exterior

93. Uma empresa brasileira exportou um lote de máquinas industriais para um cliente no exterior. Após a chegada no país de destino, o comprador identificou defeitos técnicos em parte do equipamento e devolveu toda a remessa ao Brasil para substituição. As mercadorias retornaram ao Brasil no mês seguinte.

Nessa situação, de acordo com o Regulamento Aduaneiro, assinale a afirmativa correta:

- a) As mercadorias retornarão ao País como mercadorias estrangeiras, incidindo o Imposto de Importação.
- b) A incidência do Imposto de Importação dependerá de autorização expressa do Ministério da Economia.
- c) As mercadorias estarão sujeitas à incidência do Imposto de Importação, salvo por meio de despacho do chefe da unidade alfandegária onde se processar o despacho.
- d) As mercadorias serão consideradas estrangeiras, mas a empresa poderá solicitar isenção do Imposto de Importação por meio de regime especial.
- e) As mercadorias não serão consideradas estrangeiras para fins de incidência do Imposto de Importação

94. Considerando as regras de adições na determinação do lucro real, assinale a alternativa correta:

- a) Devem ser adicionadas ao lucro líquido apenas as despesas não contabilizadas, desde que expressamente vedadas pela legislação.
- b) Devem ser adicionadas ao lucro líquido os ganhos auferidos em operações de day trade.
- c) Devem ser adicionadas ao lucro líquido as despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores.
- d) Não há obrigatoriedade de adição as despesas com brindes.
- e) Devem ser adicionadas ao lucro líquido todas as contribuições feitas a planos de saúde empresariais, ainda que destinados aos empregados

95. Em relação ao lucro presumido, e com base no RIR/2018, assinale a alternativa errada:

- a) A base de cálculo do imposto de renda, no lucro presumido, é obtida aplicando-se, como regra geral, o percentual de 8% sobre a receita bruta, deduzidas as devoluções, vendas canceladas e descontos incondicionais concedidos.
- b) Na atividade de prestação de serviços em geral, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do imposto.
- c) Na atividade de transporte de cargas, aplica-se o percentual de 16% sobre a receita bruta.
- d) A receita própria de incorporação imobiliária sujeita ao regime especial de tributação não compõe a base de cálculo do lucro presumido.
- e) As receitas decorrentes de intermediação de negócios estão sujeitas ao percentual de 32%

96. Em relação às obrigações acessórias dos optantes pelo Lucro Presumido, julgue as assertivas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- I – A pessoa jurídica que optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido deve manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.
 - II – É obrigatória a manutenção de Livro Registro de Inventário, no qual constem registrados os estoques existentes no final do ano-calendário.
 - III – A pessoa jurídica que mantiver livro-caixa durante todo o ano-calendário está dispensada de escriturar toda a movimentação bancária.
- a) V – V – V
 - b) V – F – V
 - c) F – V – F
 - d) V – V – F
 - e) F – F – V

97. De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022, há entidades que não são consideradas contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a receita ou o faturamento e outras assim consideradas. Considerando essas regras, assinale a alternativa que apresenta uma entidade considerada como contribuintes de PIS/COFINS sobre a receita ou o faturamento:

- a) Templo de qualquer culto.
- b) Partido político.
- c) Sindicato de trabalhadores.
- d) Conselho de fiscalização de profissão regulamentada.
- e) Empresa pública prestadora de serviços

98. Como regra, a base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins é a totalidade das receitas, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. Em relação ao regime de apuração não cumulativa, quais são as alíquotas gerais aplicáveis da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, respectivamente?

- a) 1,65% e 7,6%
- b) 1,65% e 3%
- c) 3% e 7,6%
- d) 1,65% e 9,25%
- e) 2% e 7,6%

99. O ITR é imposto de competência da União, com base no art. 153, da Constituição Federal. De acordo com a Lei nº 9.393/1996, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do ITR é a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel rural em qualquer data do ano-calendário.
- b) Pequenas glebas rurais exploradas pelo proprietário que não possua outro imóvel, com área igual ou inferior a 100 ha em qualquer município do país, são imunes ao ITR.
- c) O contribuinte do ITR é apenas o proprietário do imóvel rural, não se incluindo o titular de domínio útil nem o possuidor.
- d) O ITR incide inclusive sobre imóvel declarado de interesse social para fins de reforma agrária, enquanto não transferida a propriedade, salvo se houver imissão prévia na posse.
- e) Imóveis rurais localizados em mais de um município devem ser sempre enquadrados no município de maior população

100. Acerca das vedações ao ingresso no Simples Nacional estabelecidas pela LC 123/2006, é correto afirmar que há restrições para o Simples Nacional em relação às microempresas ou empresas de pequeno porte:

- a) que participe do capital de outra empresa.
- b) que tenham sócios domiciliados em Estados federados distintos da sede da microempresa.
- c) de cujo capital participe pessoa jurídica, desde que com mais de 5% das quotas sociais.
- d) constituídas sob a forma de sociedades limitadas com capital social superior a R\$ 1.000.000,00.
- e) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% do capital de outra empresa não beneficiada pela lei, seja qual for a receita bruta global

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**ESTADUAL***Eduardo da Rocha*

91. Com base na LC 214/2025, analise as afirmativas abaixo sobre a composição da base de cálculo do IBS e da CBS:

- I. O valor correspondente ao transporte cobrado pelo fornecedor como parte do preço da operação integra a base de cálculo do IBS e da CBS.
- II. Os descontos concedidos mediante condição específica, como por exemplo o pagamento antecipado, não reduzem a base de cálculo do IBS e da CBS.
- III. O montante do IPI incidente na operação integra a base de cálculo do IBS e da CBS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa I está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

92. Com base na LC 214/2025, assinale a alternativa correta quanto aos contribuintes do IBS e da CBS:

- a) Somente pessoas jurídicas que atuem com habitualidade na atividade econômica podem ser consideradas contribuintes do IBS e da CBS.
- b) O fornecedor de bens ou serviços será contribuinte do IBS e da CBS apenas se exercer atividade regulamentada por conselho profissional.
- c) A legislação considera como contribuinte do IBS e da CBS também o adquirente de bens em leilões judiciais, mesmo que não exerça atividade econômica.
- d) Apenas os fornecedores que exerçam suas atividades de forma habitual são considerados contribuintes, estando excluídos os que atuam com volume elevado, mas esporádico.

e) O importador só será considerado contribuinte do IBS e da CBS se a importação for feita para fins comerciais.

93. A Lei Complementar nº 214/2025 estabelece regras específicas sobre o início do procedimento fiscal e seus efeitos jurídicos, especialmente no que se refere à exclusão da espontaneidade do sujeito passivo. Considerando essas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) A ciência do sujeito passivo sobre qualquer ato da administração tributária, inclusive os de mero monitoramento, já caracteriza o início do procedimento fiscal e exclui a espontaneidade.
- b) O início do despacho aduaneiro de mercadoria importada é considerado ato formal de início do procedimento fiscal, e tem como consequência a perda da espontaneidade em relação aos fatos anteriores.
- c) A apreensão de bens ou documentos não é considerada suficiente para configurar o início do procedimento fiscal, sendo indispensável a lavratura de auto de infração para exclusão da espontaneidade.
- d) O cruzamento de dados efetuado pelas administrações tributárias é considerado ato de início do procedimento fiscal e afasta a possibilidade de autorregularização do contribuinte.
- e) A exclusão da espontaneidade do sujeito passivo depende, em todos os casos, de intimação formal específica sobre a instauração do procedimento fiscal.

94. A Lei Complementar nº 87/1996, conhecida como Lei Kandir, estabelece hipóteses de não incidência do ICMS, refletindo uma política de desoneração voltada, entre outros objetivos, à promoção da atividade econômica e à harmonização com outros tributos. Considerando o disposto em seu art. 3º, analise as afirmativas a seguir:

- I. O ICMS não incide sobre operações e prestações destinadas ao exterior, incluindo exportações de mercadorias e serviços, ainda que envolvam produtos primários ou industrializados semi-elaborados.
- II. O imposto não incide sobre operações com livros, jornais, periódicos e tampouco sobre o papel destinado à sua impressão.
- III. Operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, inclusive combustíveis e lubrificantes deles derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização, não estão sujeitas à incidência do ICMS.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

95. A disciplina do estorno de créditos de ICMS prevista na Lei Complementar nº 87/1996 impõe limites à manutenção do crédito fiscal quando a operação subsequente não enseja a incidência do imposto. Com base nessa sistemática, analise as afirmativas a seguir:

- I. O sujeito passivo deve estornar o crédito de ICMS relativo à mercadoria que tenha sido consumida no processo de industrialização, caso a saída do produto resultante esteja isenta do imposto.
- II. A perda de mercadoria por extravio ou deterioração obriga o contribuinte ao estorno do crédito correspondente ao ICMS anteriormente apropriado.

III. Não se exige o estorno de créditos relativos a mercadorias destinadas à exportação ou ao papel utilizado na impressão de livros, jornais e periódicos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

96. De acordo com a Lei Complementar nº 87/1996, no que se refere à sistemática de apuração e compensação do ICMS, assinale a alternativa correta:

- a) Os saldos credores de ICMS apurados por um estabelecimento podem ser automaticamente transferidos para estabelecimento do mesmo contribuinte situado em outro Estado.
- b) A legislação federal autoriza, em todos os casos, a transferência de créditos de ICMS entre contribuintes distintos, independentemente de autorização da autoridade fazendária estadual.
- c) Os saldos credores acumulados em razão de operações de exportação podem, proporcionalmente, ser imputados a outro estabelecimento do mesmo contribuinte situado no mesmo Estado.
- d) A Lei Complementar prevê a possibilidade de compensação de créditos e débitos apenas se for feita por tipo de mercadoria, em cada operação isoladamente.
- e) O regime de apuração estimada, com pagamento periódico, exclui o direito de o contribuinte impugnar os valores fixados pela administração tributária.

97. A Lei Complementar nº 87/1996 estabelece regras específicas para a definição do local da operação ou da prestação, a fim de orientar a competência tributária dos Estados e do Distrito Federal para cobrança do ICMS. Com base na referida norma, assinale a alternativa correta:

- a) Nas operações interestaduais com energia elétrica destinadas a consumidor final, o imposto é devido ao Estado de origem, independentemente da finalidade da operação.
- b) O local da operação, no caso de mercadoria importada por pessoa física não estabelecida, é o estabelecimento do remetente estrangeiro.
- c) Quando houver transferência de propriedade de mercadoria adquirida no país, sem que tenha transitado pelo estabelecimento do alienante, considera-se como local da operação o Estado do adquirente.
- d) No caso de arrematação em licitação de mercadoria apreendida ou abandonada e importada do exterior, o local da operação será o do local onde ocorrer a licitação.
- e) A captura de pescados, moluscos e crustáceos é considerada operação de importação, independentemente do local de desembarque do produto.

98. A Lei Complementar nº 87/1996, com as alterações promovidas pela LC nº 204/2023, introduziu nova disciplina sobre o tratamento tributário das transferências de mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade, especialmente nas operações interestaduais. Considerando o atual texto legal, assinale a alternativa correta:

- a) A transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular localizados em diferentes unidades federadas é sempre considerada fato gerador do ICMS.
- b) Nas transferências interestaduais entre estabelecimentos da mesma empresa, o ICMS

incide normalmente, sem direito ao aproveitamento de créditos anteriores.

- c) Por regra, não se considera ocorrido o fato gerador na transferência entre estabelecimentos do mesmo titular, sendo assegurado o aproveitamento de créditos, inclusive nas operações interestaduais.
- d) Em uma operação entre estabelecimentos do mesmo titular, não se permite a opção pela tributação.
- e) O contribuinte é obrigado a tributar a transferência interestadual entre seus próprios estabelecimentos.

ESTADUAL

Rafael Rocha

99. Considerando as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº 132 de 2023, pode-se afirmar que não há previsão para a sujeição ativa no caso de:

- a) doação de bens móveis, estando o doador e o donatário no exterior.
- b) doação de bens imóveis localizados no exterior, quando apenas o donatário tiver domicílio no país.
- c) transmissão *causa mortis* de bens móveis, independentemente da sua localização, quando o inventário for processado no exterior, ainda que o de cujus possuísse domicílio no país.
- d) transmissão *causa mortis* de bens móveis, quando o de cujus e os herdeiros forem domiciliados no exterior, ainda que o inventário seja processado no país.
- e) doação de bens móveis, estando o bem e o doador no exterior

100. Julgue os itens a seguir acerca do ITCMD:

- I. Fixação da alíquota máxima do imposto.
- II. Regular as regras de sujeição ativa do imposto, em situações previstas na Constituição, quando houver elementos de conexão com o exterior.
- III. Definição da progressividade das alíquotas do imposto.
- IV. Estabelecer condições para que organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos possam se beneficiar da não incidência do imposto sobre as transmissões causa mortis e doações em seu favor.

Cabe à lei complementar, apenas:

- a) I, II e IV.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e IV

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

MUNICIPAL

Bruno Langoni

91. Em março de 2021, Pedro arrematou, em hasta pública, um imóvel urbano localizado no Município X. O auto de arrematação foi devidamente assinado por Pedro, pelo juiz e pelo leiloeiro no dia 20/03/2021.

O antigo proprietário, inconformado, opôs embargos à arrematação, cuja tramitação se estendeu até meados de 2024. Nesse período, Pedro não obteve a posse do imóvel. Apenas em agosto de 2024 foi expedida a carta de arrematação e efetuado o registro imobiliário em seu nome.

Em 2022 e 2023, o Município X lançou e cobrou de Pedro IPTU e Taxa de Limpeza Pública referentes ao imóvel. Pedro ajuizou ação alegando que só poderia ser responsabilizado por tais tributos a partir do registro da carta de arrematação, já que até então não usufruía do bem.

À luz do entendimento jurisprudencial consolidado do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) Pedro somente poderia ser responsabilizado pelos tributos a partir da imissão na posse do imóvel, pois o fato gerador do IPTU exige a fruição econômica da propriedade.
- b) Pedro responde pelos tributos desde a assinatura do auto de arrematação, ainda que não tenha sido imitado na posse, pois nesse momento se caracteriza a propriedade para fins tributários.
- c) Pedro não responde pelos tributos até a expedição da carta de arrematação, pois somente com esse documento é possível afirmar a transmissão da propriedade.
- d) A responsabilidade tributária de Pedro começa com o registro da carta de arrematação no cartório de imóveis, que é o ato que transfere a propriedade erga omnes.
- e) Pedro responde pelos tributos somente a partir do trânsito em julgado dos embargos à arrematação, pois antes disso não há segurança jurídica quanto à titularidade do bem.

92. O Município Alfa editou lei prevendo que o IPTU seria progressivo em razão do valor venal do imóvel, fixando faixas e respectivas alíquotas. Contribuintes alegam que a Constituição só admite progressividade no tempo (art. 182, § 4º, II), como forma de assegurar a função social da propriedade.

À luz da CF, assinale a alternativa correta:

- a) O IPTU pode ser progressivo em razão do valor do imóvel, sem prejuízo da progressividade no tempo e da diferenciação por localização e uso.
- b) A progressividade em razão do valor do imóvel é vedada, sendo admitida apenas a progressividade em razão do tempo para imóveis não edificadas.
- c) A progressividade em razão do valor do imóvel depende de lei federal que uniformize critérios para todos os municípios.
- d) A progressividade em razão do valor do imóvel só é possível para imóveis urbanos residenciais.
- e) A progressividade em razão do valor do imóvel só é aplicável quando o imóvel estiver em área incluída no plano diretor.

93. O Município Beta aprovou lei autorizando o Poder Executivo a atualizar a base de cálculo do IPTU por decreto, com base em índices de preços e critérios definidos na própria lei criada. Contribuintes, no entanto, alegam violação ao princípio da legalidade tributária.

Nos termos da CF, é correto afirmar que:

- a) A CF proíbe qualquer atualização da base de cálculo do IPTU por decreto, exigindo lei formal específica para cada alteração.
- b) A base de cálculo do IPTU só pode ser atualizada por decreto quando se tratar de reavaliação cadastral individual do imóvel.
- c) A CF, após a EC 132/2023, admite a atualização da base de cálculo por decreto, desde que haja previsão em lei municipal que estabeleça critérios objetivos para tanto.
- d) A atualização da base de cálculo do IPTU por decreto é possível sem lei municipal, no entanto, apenas nos limites do índice oficial de inflação.
- e) A competência para autorizar atualização por decreto é exclusiva da lei federal, para evitar desigualdade entre municípios.

94. A Igreja Luz do Amanhã é locatária de um imóvel onde realiza seus cultos semanais. O Município cobrou IPTU alegando que a imunidade de templos prevista no art. 150, VI, b, da CF, combinada com o art. 156, § 1º-A, só se aplica a imóveis de propriedade da entidade religiosa.

À luz da CF, é correto afirmar que:

- a) A imunidade alcança templos de qualquer culto, ainda que a entidade seja apenas locatária do imóvel.
- b) A imunidade só vale para imóveis próprios; nos locados, a entidade pode pleitear isenção por lei municipal.
- c) A imunidade só se aplica a imóveis locados quando o contrato for celebrado com ente público.
- d) A imunidade alcança imóveis locados apenas se o locador for outra entidade religiosa.
- e) A imunidade não se aplica a imóveis locados, pois isso configuraria renúncia de receita vedada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

95. A empresa Ômega incorporou outra sociedade, recebendo imóveis urbanos no contexto dessa operação societária. O Município Delta cobrou ITBI alegando que a atividade preponderante da incorporadora é compra e venda de imóveis.

Assinale a alternativa correta:

- a) O ITBI nunca incide em reorganizações societárias, independentemente da atividade da adquirente.
- b) O ITBI não incide em incorporações, fusões, cisões ou extinções, salvo quando a atividade preponderante da adquirente for compra e venda, locação ou arrendamento mercantil de imóveis.
- c) O ITBI incide sempre nas transmissões decorrentes de fusão, incorporação ou cisão, sem exceção.
- d) O ITBI não incide nas reorganizações societárias e a competência para cobrança é do Município onde está a sede da adquirente.
- e) O ITBI só deixa de incidir nessas operações se houver lei municipal concedendo imunidade específica.

96. A empresa CorteFino Ltda. recebe chapas metálicas de um fabricante, realiza cortes específicos sob medida e devolve o material ao contratante, que o utiliza em seu processo produtivo de fabricação de maquinário industrial. O Município Alfa exigiu ISS com fundamento no subitem 14.05 da Lista de Serviços anexa à LC nº 116/2003 (“corte, recorte, beneficiamento e congêneres de objetos quaisquer”).

À luz da Constituição Federal e do entendimento do STF, é correto afirmar que:

- a) O ISS incide normalmente sobre o corte de chapas metálicas, mesmo quando o material retorna ao contratante para integração em processo de industrialização, pois a LC nº 116/2003 não faz distinção quanto ao destino do objeto.
- b) A incidência do ISS sobre a industrialização por encomenda em materiais fornecidos pelo contratante é constitucional, desde que se trate de operação não sujeita ao ICMS.
- c) É inconstitucional a incidência do ISS sobre industrialização por encomenda, com materiais fornecidos pelo contratante, quando se tratar de etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria destinada à industrialização ou comercialização.
- d) O ISS incide nas hipóteses de industrialização por encomenda quando a atividade não configure operação finalística de comercialização, ainda que o bem retorne à cadeia produtiva.
- e) É inconstitucional a incidência do ISS sobre qualquer operação de industrialização por encomenda, independentemente de ser etapa intermediária ou finalística.

97. A empresa Palco & Arte Ltda., sediada em Belo Horizonte/MG, foi contratada para montar uma estrutura de palco e cobertura para um festival de música realizado em Salvador/BA, sendo o serviço descrito pelo subitem 3.05 da lista de serviços.

O Município de Salvador exigiu o ISS, sustentando que o local da prestação era a cidade do evento. A

empresa alega que o imposto é devido em Belo Horizonte, onde mantém seu estabelecimento prestador.

À luz da LC 116/03, é correto afirmar que o ISS é devido:

- a) Em Belo Horizonte, pois a regra geral é a tributação no local do estabelecimento prestador.
- b) Em Salvador, pois serviços de instalação de palcos e coberturas são tributados no local da instalação, conforme exceção prevista na lei.
- c) Em Belo Horizonte, pois a contratação e o pagamento ocorreram nessa cidade.
- d) Em Salvador, apenas se a empresa tiver filial registrada no Município.
- e) Em Belo Horizonte, pois o evento não é atividade permanente da empresa.

98. A empresa Design Global Ltda., sediada no Rio de Janeiro, desenvolveu, no Brasil, um projeto de identidade visual para uma empresa sediada na França, sendo o resultado da prestação aqui verificado. Todo o material, no entanto, foi enviado e utilizado exclusivamente na Europa.

O Município do Rio de Janeiro autuou a empresa, alegando que o serviço foi prestado no Brasil e, portanto, tributável pelo ISS.

De acordo com a LC 116/03, está correto afirmar que:

- a) O ISS não é devido, pois se trata de exportação de serviços, cujo resultado ocorreu no exterior.
- b) O ISS é devido, pois a execução material do serviço foi no Brasil, sendo aqui verificado o resultado.
- c) O ISS não é devido, pois o pagamento foi realizado por empresa estrangeira.
- d) O ISS é devido, pois o serviço foi desenvolvido no Brasil, sendo irrelevante onde ocorreu o resultado.
- e) O ISS não é devido apenas quando o prestador possui filial no exterior.

99. A construtora Alfa S.A., sediada em Porto Alegre/RS, contratou uma empresa uruguaia para realizar consultoria de engenharia, com parte do serviço iniciada no Uruguai e finalizada no Brasil. O Município de Porto Alegre cobrou ISS diretamente da construtora, como tomadora do serviço.

Nos termos da LC 116/03, é correto afirmar que:

- a) O ISS não é devido, pois o prestador estrangeiro não possui estabelecimento no Brasil.
- b) O ISS é devido, e a responsabilidade pelo recolhimento é do tomador, por se tratar de serviço proveniente do exterior.
- c) O ISS não é devido, pois a prestação se iniciou fora do País.
- d) O ISS é devido, mas o único responsável pelo recolhimento é o prestador do serviço.
- e) O ISS não incide sobre consultoria de engenharia contratada no exterior.

100. O Município de Aurora editou lei municipal fixando a alíquota de ISS em 1% para serviços de informática, alegando que a medida visa atrair empresas do setor.

Um contribuinte questionou a validade da lei, sustentando que ela viola norma de caráter nacional que define a alíquota mínima do ISS.

À luz da LC 116/03, é correto afirmar que:

- a) A lei municipal é válida, pois os Municípios têm autonomia para fixar alíquotas de ISS.
 - b) A lei municipal é válida apenas se a redução for temporária e aprovada pelo CONFAZ.
 - c) A lei municipal é válida apenas para os serviços de exportação, pois estes podem ter alíquota reduzida.
 - d) A lei municipal é inválida, pois a alíquota mínima é de 5% para todos os serviços.
 - e) A lei municipal é inválida, pois a alíquota mínima do ISS é de 2%, salvo hipóteses expressamente previstas na LC 116/03.
-

Discursiva

Se o lançamento “compete privativamente à autoridade administrativa”, ex vi do art. 142 do Código Tributário Nacional (CTN), não podemos aceitar que o “lançamento por homologação” seja um autêntico lançamento, pois o ato de formalização do crédito não é praticado pela autoridade fiscal, e a homologação do pagamento não implica a constituição do crédito tributário, mas o reconhecimento de sua extinção. Assim, propomos que se fale não em três “modalidades de lançamento”, mas em duas modalidades individuais de formalização do crédito aglutinadas em plexos normativos que se distinguem em razão de disciplinar a formalização do crédito (i) pelo contribuinte (e sujeita à homologação do Fisco) ou (ii) pela autoridade fiscal. O dever do contribuinte de constituir o crédito sem prévio ato de lançamento, realizando o “pagamento antecipado”, assim denominado pelo simples fato de anteceder cronologicamente a qualquer atuação do Fisco, está previsto no caput do art. 150 do CTN. Entretanto, isso só ocorre se não se configurar a tipificação de nenhum dos dispositivos do art. 149 do CTN, caso em que a formalização do crédito será realizada pela autoridade administrativa. Nosso direito positivo, portanto, reconhece expressamente a possibilidade jurídica de o contribuinte constituir a relação jurídico-tributária (crédito).

Eurico Marcos Diniz de Santi (coord.). Curso de direito tributário e finanças públicas. Do fato à norma, da realidade ao conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 896-7 (com adaptações).

A doutrina e a jurisprudência, especialmente o sistema de precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ), têm conferido particular relevância à conduta do contribuinte em relação ao cumprimento de sua obrigação acessória de constituir o crédito tributário no caso dos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, uma vez que a declaração prestada pelo contribuinte, por si só, representa ato de constituição do crédito e confissão do *quantum debeatur*. Considerando essas informações e a jurisprudência do STJ, redija um texto dissertativo que aborde

1 a decadência e a prescrição no direito tributário;

2 a caducidade do direito e a atuação administrativa na hipótese de inadimplemento de crédito tributário constituído pelo sujeito passivo;

3 a caducidade do direito e a atuação administrativa na hipótese de descumprimento de obrigação acessória de prestar a declaração nos tributos sujeitos a lançamento por homologação.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
